

CONTRATO Nº 2018073/2018
PREGÃO PRESENCIAL N.º 040/2018
Processo no LC n.º 061 – Homologado em 23/04/2018

Contrato de Fornecimento que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO** e a empresa **RENATA WOLFF - MEI**, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e na forma abaixo:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.719.472/0001-05, neste ato representado pelo Prefeito, o senhor **LEOMAR ROHDEN**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 3.630.683-0/PR e do CPF nº 550.079.379-91, residente e domiciliado na Rua Guaratuba, n.º 398, Município de Pato Bragado, Estado do Paraná,

CONTRATADA: RENATA WOLFF - MEI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 24.294.151/0001-68, com sede na Av Willy Barth, Nº 2856, centro, Município de Pato Bragado - PR, CEP 85.848-000, Fone: 45 99977-7831 E-mail: ctgst_edu@hotmail.com, neste ato representado pela senhora Renata Wolff, Residente em Pato Bragado – PR, inscrito no CPF sob o n.º 421.640.101-59, portador da cédula de identidade RG n.º 388.334, acordam e ajustam o presente contrato, nos termos da Lei N.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, suas alterações subsequentes e legislação pertinente, Licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N.º 040/2018** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, observações e responsabilidades das partes.

Cláusula primeira – Do Objeto:

Contratação de empresa para fornecimento de lanches, para o desenvolvimento das atividades do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), junto ao CRAS do Município para o ano de 2018, nas condições e especificações mínimas conforme relacionado abaixo:

Ite m	Qtd	Med.	Descrição	Marca	R\$ Unit	R\$ Total
01	200	Und	Sanduiche natural (pão de forma tipo Bauru), com recheio de frios (legumes, presunto, queijo).	Wolff	3,50	700,00
02	500	Und	Mini lanche pesando no mínimo 60 a 65 g, contendo: 01 mini pão Frances (mínimo 25g), meia fatia de presunto (mínimo 10g), meia Fatia de mussarela (mínimo 10g), 2 rodela de tomate, meia Folha de alface, maionese de boa qualidade.	Wolff	2,27	1.135,00
03	1000	Und	Mini esfira assada no mínimo 30g; com massa produzida de farinha de trigo e outros ingredientes e recheio de carne. Bovina moída (patinho ou coxão mole) ou carne de frango (peito), tomate e orégano.	Wolff	0,70	700,00
04	600	Und	Pastelzinho pequeno de aniversário recheado (carne moída bovina e/ou frango) frito, peso mínimo 20 gramas,	Wolff	0,70	420,00

05	600	Und	Mini risolis, recheada com frango/presunto e mussarela/carne moída no mínimo 25g.	Wolff	0,70	420,00
06	600	Und	Pão de queijo assado sem recheio peso no mínimo 100 de gramas.	Wolff	0,85	510,00
07	600	Und	Mini salgado bolinha de queijo com orégano e milho no mínimo 25g.	Wolff	0,75	450,00
08	800	Und	Mini kibe frito; peso unitário 30g aproximadamente, produzido Com trigo para quibe e carne bovina (patinho ou coxão mole).	Wolff	0,80	640,00
09	800	Und	Mini pizza, com recheio de presunto, mussarela, tomate, milho Verde, azeitona orégano. No mínimo 60g.	Wolff	0,80	640,00
10	800	Und	Mini coxinha, recheada com frango/presunto e mussarela/carne moída no mínimo 25g.	Wolff	0,70	560,00
11	500	Und	Mini sonho com recheio de goiabada, doce de leite ou creme	Wolff	0,80	400,00
12	100	Und	Unidades Cuca assada, com recheio enrolado.	Wolff	9,00	900,00
13	100	Und	Unidades Cuca de Royal-tamanho padrão (mín 15 x20 cm).	Wolff	6,00	600,00
14	50	Und	Bolo de chocolate com cobertura de chocolate e chocolate granulado, forma tamanho aproximadamente 60 cm X 37 cm X 3,05 cm de altura, com 20 pedaços	Wolff	35,00	1750,00
15	300	Und	Bolo gelado, massa tipo pão de ló com cobertura de leite condensado e coco, embrulhado individualmente em papel alumínio, com peso aproximado de 135grs cada.	Wolff	3,00	900,00
16	25	Kg	Bolo branco: Massa Branca com três camadas de recheio (recheio e cobertura escolha do contratante), Produto de 1ª qualidade. Produto por kg.	Wolff	26,00	650,00
17	25	Kg	Bolo Brigadeiro: Bolo de pão de ló de chocolate, recheado em duas camadas e coberto por brigadeiro, com granulado na decoração. Produto de 1ª qualidade. Produto por kg.	Wolff	25,00	625,00

Cláusula segunda - Dos documentos aplicáveis e Fiscalização

Para efeitos obrigacionais tanto o Pregão na Forma Presencial nº 040/2018, quanto a proposta adjudicada integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com ele não conflitarem. A fiscalização deste contrato, ficará à cargo da Secretaria Municipal solicitante.

Cláusula terceira - Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira

O valor global a ser praticado contrato será de R\$ 12.000,00 (doze mil reais). O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a efetiva entrega do objeto licitado, condicionados ao termo de aceitação assinado pelo Secretário de Assistência Social .

- a) A Nota Fiscal deverá ser emitida conforme Norma de Procedimento Fiscal expedida pela Receita Federal.
- b) Na Nota Fiscal deverá constar à discriminação dos itens, número da licitação, número do Contrato e outros dados que julgar convenientes, não apresentando rasura e/ou entrelinhas.
- c) A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preços, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou matriz.
- d) A liberação do pagamento poderá estar condicionada a apresentação de Negativas de Regularidade Fiscal, demonstrando situação regular da Empresa no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) O pagamento poderá ser efetuado via transferência Bancária, devendo para tanto a Empresa vencedora informar no ato da Entrega da Nota Fiscal a Agência Bancária e a Conta Corrente que deverá estar obrigatoriamente em nome da mesma.

Cláusula quarta - Da Vigência do Contrato e do Crédito Orçamentário

O presente Contrato terá vigência de até 12 (doze) meses, iniciando-se na data de assinatura deste Termo Contratual, o qual poderá ser renovado caso haja interesse entre as partes. As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta dos recursos financeiros disponíveis nas seguintes Dotações Orçamentárias:

02.000 – EXECUTIVO MUNICIPAL

02.011 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

0824415002.052 – MANUT. DO PROGRAMA DE ATEN. INTEGRAL A FAMILIA - PAIF

3.3.90.39.41.00.00 – 5980 - Fornecimento de Alimentação - Fonte de Recursos - 934

Cláusula Quinta – Direitos e Responsabilidades das Partes:

Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas, e da CONTRATADA:

- a) Fornecer os lanches no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato.
- b) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- c) Manter as condições da proposta pelo tempo de validade da mesma.
- d) O contratado é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

Cláusula Sexta - Sanções Administrativas para o Caso de Inadimplemento Contratual:

O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de mora de 3% sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 30 dias, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato;

- c) Multa compensatória de 10% sobre o valor do contrato;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito;
- b) Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 1% sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 30 dias.
- c) Em caso de inexecução total, multa compensatória de 20% sobre o valor do contrato;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, **ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será declarado inidôneo para licitar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos**, sem prejuízo da aplicação de multa em percentual equivalente à multa prevista para inexecução total do contrato e das demais cominações legais.

As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração em caso do infrator tenha sido contratado ou será inscrito em dívida ativa, caso o licitante não se sagra vencedor do certame.

Todas as sanções previstas neste item são de competência exclusiva do Chefe do Executivo

Cláusula Sétima – Da Rescisão:

O presente Contrato poderá ser rescindido caso quaisquer dos fatos elencados no artigo 78 e seguintes da Lei no. 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei 8.666/93.

Cláusula Oitava – Legislação Aplicável

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei no. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520/22, Decreto 3.555/2000, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014, Lei complementar Municipal 059/2015 e Decreto Municipal nº 048/2015 e com as alterações subseqüentes, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

Cláusula Nona – Transmissão de Documentos:

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de protocolo, por correio eletrônico ou mediante transmissão de fac-símile. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

Cláusula Décima – Casos Omissos:

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93 Lei 10.520/22, Decreto 3.555/2000, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014, Lei complementar Municipal 059/2015 e Decreto Municipal nº 048/2015 e suas alterações, e dos princípios gerais de direito.

Cláusula Décima Primeira - Das Obrigações da Contratada:

Além das naturalmente decorrentes do presente Contrato e daquelas previstas no Edital do presente procedimento licitatório, constituem obrigações da CONTRATADA:

-)] A solicitação dos produtos a licitante vencedora será feita de forma parcelada, de acordo com o pedido feito pela coordenadora do Programa, e os mesmos deverão ser entregues junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, na data e horário pré agendado;
-)] Na entrega dos produtos, os mesmos deverão ter descrito na embalagem a data de sua fabricação;
-)] Os lanches a serem entregues deverão ser frescos, e entregues prontos para o consumo, em embalagens higienicas, nos dias e horários previamente agendados.
-)] Todos os produtos cotados deverão ser de primeira qualidade.
-)] O peso médio de cada unidade de lanche, objeto desta Licitação, é de no mínimo 30 gramas.
-)] Os lanches a ser(em) fornecida(s) deverá (ão) obedecer às normas e padrões da ABNT, ANVISA e INMETRO, ser de boa qualidade e atender eficazmente às finalidades que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.
-)] Os lanches a serem entregues deverão atender as condições mínimas propostas pela Licitante, na respectiva Proposta de Preços apresentada e termo de Referência, anexo deste Edital.
-)] O fornecedor deve declarar a marca dos lanches que vai entregar na hora da abertura da licitação, junto a proposta de preços.

Cláusula Décima Segunda – Do Foro:

Fica eleito o foro da Comarca de Marechal Cândido Rondon, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para os fins e direito.

Pato Bragado – PR, em 24 de abril de 2018.

MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO - CONTRATANTE
Leomar Rohden

RENATA WOLFF - MEI – CONTRATADA